

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL ENVOLVENDO UM ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL

Raimunda Sousa (Autora); Bruna de Lourdes Aguiar (Coautora); Isabela de Cássia Costa Vieira (Coautora)

Faculdade Pitágoras do Maranhão, raynasousa25@gmail.com, brunadelourdes@hotmail.com, isajofra28@gmail.com

INTRODUÇÃO:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, assegura o direito de todos a educação sem exceção. O capítulo V, trata da Educação Especial, “entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, art.58). No artigo 59, são assegurados a esses alunos: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos, para atender as suas necessidades”.

Infelizmente, basta se deparar com a realidade de algumas escolas para perceber que ainda se está longe de oferecer uma efetiva educação para todos, como defende nossa constituição. Existem diversos problemas, tais como: infraestrutura inadequada, desvalorização da carreira docente, falta de formação continuada, falta de sala de recursos adaptados, entre outros.

A formação inicial do professor certamente tem importância para contribuir para vencer esses desafios, julgando importante destacar que a inclusão escolar é um processo contínuo e participativo nos âmbitos cultural, social e político. Desta maneira, os encaminhamentos dos alunos com necessidades específicas devem ser avaliados com responsabilidades e ética. Buscando teorizar as necessidades vivenciando, garantindo conhecimento sobre o assunto, promovendo recurso frente à proposta de inclusão.

A proposta inclusiva na escola não é algo que se realiza de forma fácil, portanto, é necessário mobilizar postura ética, desta forma não irei utilizar o nome da escola e nem os demais envolvidos. Desse modo este artigo tem como objetivo relatar os desafios e possibilidades do processo de inclusão de um aluno em uma turma educação infantil durante o período do estágio supervisionado.

METODOLOGIA:

Trata-se de um relato de experiência vivenciado durante o período de estágio supervisionado onde nos deparamos com um aluno que necessidades especiais não identificadas, que apesar do mesmo está inserido em uma sala regular se observou o despreparo da docente em incluí-lo na sala. Além disso, realizamos a leitura das leis que asseguram a inclusão e de alguns teóricos que frisam a importância da inclusão e do preparo necessária tanto para a instituição como para a docente que irá acompanhar a criança com necessidades especiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante o período de estágio supervisionado em educação infantil percebemos o quão importante se faz a inclusão, apesar das incluírem crianças com necessidades especiais nas salas regulares de ensino, a realidade ainda encontrada em muitas instituições ainda é precária. Não é só sobre o que determina a lei, e sim fazer que o indivíduo sintam-se de fato inserido naquele meio. Na vivência do estágio uma experiência nos chamou atenção, um aluno especial com uma especificidade não diagnosticada com a idade maior que seus colegas de classe, diferença de 2 (dois) anos aproximadamente, pois estava numa sala de pré II, o aluno ficava no fundo da sala, segundo a professora por conta de ser agressivo. Percebemos que lhe faltava um acompanhamento individualizado um pouco mais de atenção, não por conta da professora que era excelente, não a culpamos, acreditamos que a escola não estava preparada para receber um aluno com algumas limitações, também a sala era bastante agitada.

Após observarmos estas cenas começamos a conversar sobre este aluno, perguntar qual era o diagnóstico dele, passamos então a ficar mais perto e a dar mais atenção. Acreditamos que a escola não sabia o verdadeiro valor da palavra “INCLUSÃO” que não é só colocá-los em uma sala comum com outras crianças e pronto, mas sim preparar o professor para recebê-lo, certificar-se que as instalações da escola possuem infraestrutura adequada, dando apoio com recursos e um professor especializado em AEE e salas de recursos. Para que esse aluno venha se desenvolver em suas dificuldades e possa ter uma aprendizagem proveitosa.

Sabemos que o processo de inclusão é recente, ocorrendo a partir de interpretações da constituição de 1988, portanto, a pouco mais de 26 anos. Nesta Lei coloca-se a educação como um direito “para todos”, no ano de 1994 em Salamanca, foi apresentado na Assembleia geral das nações unidas, o processo de prática política da educação especial.

O Brasil garantiu participação introduzindo a política nacional de Educação especial, que traz o direito a educação numa busca de estar inserido e não incluído no currículo escolar, sendo mais um acolhimento ao diferente sem muita responsabilidade (política de integração). Esta declaração assegurou o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais em termos de mudanças de paradigmas nas escolas trazendo um olhar diferenciado a realidade e ao sujeito inserido na escola

O princípio que orienta esta estrutura é o de que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta estrutura o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todos aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (Declaração de Salamanca, 1994).

A Educação inclusiva é um desafio porque as escolas não foram pensadas para atender as diferenças, a sociedade e a escola precisam produzir espaços reflexivos e de estratégia de trabalho para lançar um novo olhar para as praticas educativas. A formação pedagógica dos professores deve está pautada numa pedagogia da diferença devendo considerar os seguintes critérios: os saberes; as competências; e as atitudes.

Prieto (2005) considera que a educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma e que o preço constitui a diversidade e rompe com a intitulação tradicional de aprendizagem. Colocando que o objetivo do atendimento é o aluno com necessidades especiais, através das políticas públicas educacionais, construímos alternativas diferenciadas e importante para a leitura atual da sociedade.

CONCLUSÃO:

Nota-se uma escassa falta de preparo e de estrutura da escola para receber um aluno com necessidades especiais, levando em conta que alunos com qualquer deficiência ou déficits, possuem diferentes demandas conforme suas capacidades e dificuldades. Portanto o acompanhamento com psicólogos, psicopedagogos, terapeutas, interpretes e no caso deste aluno em especial um acompanhamento também com um profissional do Atendimento Educacional Especializado AEE e uma sala de recursos, o trabalho destes profissionais junto a escola não é fornecer somente suporte para o aluno com deficiência, mas sim trazer adaptações e estímulos para sua aprendizagem ,e também trabalhar junto do professor com orientações e informações sobre a deficiência e

estratégias para que saibam que não estão sozinhos podendo contar com apoio especializados de outros profissionais da área.

Com certeza ainda estamos a passos lento quando se trata da elaboração da inclusão, elaborar formas conceitos como possibilidades, ainda é grande as dificuldades para serem superadas. Como se falar de inclusão sem falar nas praticas pedagógicas que envolvem todo o corpo docente da escola, a família, o aluno e a comunidade onde este aluno estar inserido. Ter um olhar significativo para a família nestes elementos de avaliação para a sala de recursos, sendo considerada a parte mais importante para conhecer estes alunos.

Buscar conhecer as possibilidades dos alunos com necessidades especificas e não fechar o que limita, acredita-se ser fundamental o trabalho com o professor de sala de recurso.Com isso, estamos sempre abordando a inclusão escolar no âmbito de fazer do conhecimento mais significativo para cada realidade vivenciada. Entender melhor o atendimento educacional especializado e a proposta de inclusão escolar.

A participação e atuação do papel da família na escola, nesta pratica podemos analisar o quanto se faz necessário conhecer as limitações de cada aluno e possibilitar seu avanço. Importante destacar que a inclusão é um caminho possível, quando necessário se elaborar novos recursos e avaliações. Portanto é necessário mobilizar todos da escola numa postura ética e profissional de modo que possamos considerar os resultados positivos para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <<http://planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/contitui%c3%A7ao>>Acesso em 11/06/2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº9.394,de 20 de dezembro de 1996. **Ministério da Educação.** Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 03/07/2018.

MANTOAN, Maria Teresa, e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Pontos e contrapontos:** São Paulo:Summus,2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.